

1
2 **32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E**
3 **AUXÍLIO EMERGENCIAL – CTOS/CIF**
4

5
6 **Local:** Palácio da Fonte Grande. Sala de Decisão, 9º andar: Rua Sete de Setembro, 362 - Centro – Vitória/ES

7 **Dia:** 13 e 14 de fevereiro de 2019

8 **Horário de início e de término das sessões:**

9 Reunião da manhã: 09h00 às 13h00h / Intervalo para almoço: 13h00 às 14h00 / Período da tarde: 14h00 às 18h00
10

11
12 **Membros da Câmara Técnica:** Diógenes Lemainski (MAPA/Pesca), Hugo Ricardo Diogo (Ramboll Environ),
13 João Marcos Mariano (DPU), Juliano Magno Barbosa (Prefeitura de Mariana), Jullyanne Cordeiro Ornelas
14 (SETADES-ES), Letícia Palma (Direitos Humanos-GOV-MG), Marta Maria Castro (SEDESE-MG), Mirna Lucia
15 de Almeida Correa (MAPA), Nilcéia Maria Pizza (SETADES), Sarah Oliveira Gomes (Prefeitura de Mariana),
16 Kelvian Assunção (Presidência da República), Vanessa Santos Giraldele (Prefeitura de Linhares).

17 **Fundação Renova:** Ana Weizz, Andre Luis Machado De Vasconcelos, Christian Souza, Cristiana Freitas, Cynthia
18 May Hobbs Pinho, Leyse de Matos, Lucas De Matos Sardinha Pinto, Ludmila Carla Oliveira, Rita Mendonça,
19 Ticiane Faviero, Viviane Aguiar, Wagner Elisio Tonon

20 **Observadores:** Alberico Fernandes Gomes (Comissão de Atingidos), Alessandra Maria de Oliveira (Comissão de
21 Atingidos), Amanda Arabage (FGV), Carolina Berg (Ernest & Young), Christina Theodoro dos Santos (Comissão
22 de Atingidos), Débora Lyrio de Melo (Secretariado-CT), Gislaíne Barcelos Lima (Colônia Z119), Joaquim Souza
23 (ASPEC), Jocenilson Cirelo (Associação de Moradores de Naque), Lélis Barreiros (ASPEC-Colônia Z-43), Maria
24 Cecília de Araújo (FGV), Maria Dória (OFADV), Ronaldo Dias Luiz (Comissão de Atingidos), Sebastião Freire
25 Ferreira (Comissão de Atingidos), Thays Coutinho (Ernest & Young), Valeriana Gomes de Souza (Comissão de
26 Atingidos).
27

28
29 Dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Palácio da Fonte Grande, Sala de Decisão, 9º andar, Rua Sete de
30 Setembro, 362, Vitória/ES aconteceu a 32ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Organização Social de Auxílio
31 Emergencial CTOS/CIF, coordenada por João Marcos Mariano da Defensoria Pública da União. O coordenador deu
32 início à reunião com uma rodada de apresentações. Item Programa de Proteção dos Animais – A representante do MAPA
33 informou que o monitoramento não ocorreu no ano passado devido à transição de governo e a veterinária que assinou a
34 NT saiu do ministério. Informou também que o relatório que veio da equipe do programa da Renova ainda será entregue
35 ao novo responsável pela área, Sr. Rodrigo Dantas, e o monitoramento será feito pela SFA de Minas Gerais. Propôs
36 fazer uma reunião em Belo Horizonte para nivelar a questão. Pediu apoio aos membros da CT para ajudar na
37 interlocução com o secretário de Mariana e de Barra Longa, e um representante da Secretaria de Agricultura de Minas,
38 e propôs o nome do Sr. Feliciano. E fecharia a agenda do monitoramento para esse ano, uma ida a duas fazendas no 1º
39 semestre e outra para o 2º semestre. A Renova sugeriu que seria interessante já aplicar os indicadores já em março
40 conforme indicado em cronograma para realizar o monitoramento de forma mais adequada. A representante da Ernest
41 & Young, E&Y, informou que encaminhou, com base no documento aprovado do escopo do programa, os
42 procedimentos de auditoria que já estão sendo executados, e a previsão é de entregar um relatório em abril deste ano.
43 Todos os processos que estão indicados na definição dos programas já estão sendo verificados também e irá aguardar a
44 base de dados dos indicadores para começar. E solicitou a agenda para acompanhar as visitas as fazendas que forem
45 feitas pela CT. A Renova ressaltou que são castrados só os animais para a adoção e já foi desenvolvido plano de manejo
46 reprodutivo e reposição de animais que morreram para fins de produção, todos os planos estão integrados com os
47 processos de reassentamento. O coordenador da CT resumiu para a Renova: a representante do MAPA irá entrar em
48 contato com o líder de programa de Proteção dos Animais, para alinhar quando será a vistoria do 1º semestre e, com o
49 relatório desta vistoria em mãos, será repassado à CTOS e à Auditoria externa da E&Y para se conseguir trabalhar o
50 monitoramento. Item Cadastro de Mariana: O líder do programa de Cadastro informou que, até o momento da reunião,
51 haviam sido identificados 925 núcleos familiares e seria finalizado todo o processo de cadastramento até março de 2019,
52 a ser finalizado no final do mesmo mês o dossiê feito pela CARITAS. Informou que foi acordado que o Cadastro em
53 Mariana continuará até 30 de março de 2020, com o encerramento de todas as atividades nos moldes atuais do programa.
54 Até lá, serão feitos os cadastros de novos impactados e execução das etapas para essas novas famílias identificadas.
55 Quanto aos comerciantes da sede dos municípios também pleiteados pela CT, ficou entendido que não ocorrerá, porque
56 este processo em Mariana está voltado para as famílias com danos relacionados diretamente com o rompimento da

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

57 barragem. Respondeu ao coordenador da CT que toda solicitação de cadastro feita pelos canais de atendimento da
58 Renova gera uma manifestação com um registro formal. A representante do município de Mariana questionou por que
59 a Renova irá realizar o cadastro de novas famílias, e não o cadastro dos que são impactados, mas de forma indireta. O
60 líder do programa de Cadastro respondeu que, para estes casos que não tiveram o dano direto pela lama, esse programa
61 não seria o instrumento adequado para tratar o dano indireto, pela própria definição do programa e tendo em vista que
62 não existe uma proposta de indenização deste dano. A judicialização poderia ser uma opção, já que o Programa de
63 Cadastro é a porta de entrada para o atingido. E complementou que a reparação para estes casos tem sido proposta por
64 meio de programas de atuação coletiva, discutidos na CT-EI e que não dependem de um cadastramento nos moldes do
65 Programa de Cadastro. O coordenador perguntou se há algum tipo de tratamento ou resposta quando é feita a
66 manifestação para esses casos. A representante da Casa Civil questionou a Renova se tem um embasamento jurídico
67 fundamentado para que as pessoas não possam ser cadastradas porque elas têm esse direito e esbarram em questões
68 políticas. E principalmente pelo posicionamento que o atingido entende por impacto direto e a Renova como impacto
69 indireto. O líder do programa explicou que essas pessoas não tiveram dano material algum, nem no local onde se
70 encontram, e por isso o instrumento do Cadastro acaba por ser ineficaz para auferir se a pessoa sofreu ou não um dano.
71 Houve perda de renda, mas não há relação do dano com rompimento da barragem, e tem-se discutido com outras
72 câmaras sobre esse impacto econômico. O coordenador pediu para que a Renova explicasse os motivos do Cadastro não
73 ser eficaz nestes casos. O líder do programa respondeu que em primeiro lugar, há uma interpretação jurídica do TTAC
74 de que o cadastro é voltado para o diretamente impactado e que o indiretamente não seria, por exemplo perda de clientes
75 em função da perda de funcionários, o TTAC na época não incluiu este público. Haveria uma razão técnica pela qual o
76 instrumento do cadastro não consegue dimensionar o dano econômico. Explicou que os engenheiros avaliadores
77 mensuram um dano econômico através de uma análise de correlação com o rompimento e nestes casos dos comerciantes
78 não há materialidade nessa comprovação, e com isso tornou-se um limite do programa de Cadastro. A representante do
79 Jurídico da Renova relatou que o TTAC não autoriza a fazer o cadastro dos indiretamente impactado. O coordenador
80 questionou que não há nenhum outro mecanismo para que a pessoas possam seguir com o processo de solicitação de
81 ressarcimento, já que se fecha pela porta de entrada que é o Cadastro, e assim impede a permeabilidade do programa a
82 novos influxos e novas definições de impactados diretos e o que fica que determinado perfil nunca será contabilizado
83 como impactado direto. A representante do Jurídico relatou que se a pessoas comprovar que tem direito a indenização
84 provavelmente será indenizado e para indiretamente impactado o tipo de comprovação será diferente e não se pode
85 aplicar as mesmas regras para quem está no território. Sugeriu à Renova a criação de um documento simples a ser
86 entregue à pessoa que solicita o cadastro, onde dirá prontamente que a mesma não é impactada direta pelas razões
87 mencionadas (descritas no documento) sem que isso demande a necessidade de inclusão no programa. Com este
88 documento em mãos, o solicitante poderá recorrer judicialmente, à Defensoria Pública, etc. O coordenador ressaltou a
89 necessidade do contato para dar uma devolutiva às manifestações que não serão aceitas pelo Cadastro. Solicitou que o
90 município de Mariana trouxesse os principais casos de perfis, para se construir um posicionamento sobre isso. Os
91 membros da CT fizeram seus questionamentos como o pedido de esclarecimento sobre onde, no TTAC, é mencionado
92 o não cadastro para qualquer impactado; a diminuição da arrecadação de Mariana pós-desastre, em consequência do
93 rompimento da barragem e da paralisação das atividades da Samarco, mesmo que indiretamente, as pessoas deveriam
94 ser cadastradas; o entendimento do impacto direto e indireto no território sob o critério geográfico apenas (pelo
95 licenciamento ambiental) poderá excluir pessoas atingidas; por isso, é importante saber o universo de pessoas que não
96 são elegíveis ao cadastro e porquê. A Renova responde a seguir. No município de Mariana, a devolutiva não ocorreu
97 ainda, mas já foi solicitada como encaminhamento para o restante do território; essas devolutivas têm sido dadas após
98 o checklist de elegibilidade do Cadastro por meio das cartas. Aqueles que sofreram impacto diretamente no exercício
99 de suas atividades, como o meeiro, por exemplo, são considerados no processo. Relatou que não estão sendo
100 considerados de fato no processo de cadastro aqueles comerciantes em que não há nenhum vínculo direto e exclusivo
101 com as aéreas e dinâmicas impactadas e em Mariana; para esses, não haverá o cadastro da forma como é atualmente.
102 Mas o registro dessa manifestação existe, o fato de não passar pelo Cadastro é visto pelas pessoas como uma recusa ou
103 ausência de registro, o que não é verdade, explicou. A manifestação “inelegível para o Cadastro” (via o checklist de
104 elegibilidade) nos demais territórios, gera a carta e um documento que se chama “tratativa”, que fica registrado no SGS
105 com o histórico completo da manifestação daquela pessoa. Reafirmou que não é feita uma análise geográfica, já que
106 constam cadastros em mais de 200 municípios, e sim uma análise de nexos com relação direta ao rompimento, e o
107 documento balizador é o protocolo de avaliação de impacto, que será resgatado pela Renova e encaminhado à CT, que
108 basicamente era uma reprodução do TTAC já que todos os documentos metodológicos da Renova se restringem ao
109 TTAC. Questionou que pode estar havendo uma interpretação errada do TTAC. E salientou que neste documento não
110 aparecem os critérios geográficos e sim uma análise feita a partir do relato da pessoa e no checklist de elegibilidade. De
111 fato, outras técnicas de pesquisa de avaliação do setor econômico e outros estudos que estão sendo feitos e, não são
112 acompanhados pela CTOS, conseguem mostrar um impacto ou não. Respondeu à CTOS que é possível levantar um
113 quantitativo do universo dos manifestantes com esse perfil de inexistência de impacto direto com manifestação, dados

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CÍF

114 por município e ao longo da calha do Rio Doce. Quais os critérios de elegibilidade. (28/03) A representante do Jurídico
115 da Renova respondeu à pergunta sobre os dispositivos no TTAC que levam ao entendimento de que o Cadastro seria
116 para as pessoas impactadas. Informou que a Cláusula 1ª, inciso terceiro, quando relacionou os indiretamente impactados,
117 o TTAC menciona as ações da Fundação Renova são voltadas para esses impactados indiretos. Nota-se que não há nada
118 que se refere ao Cadastro, refere aos demais programas. Na Cláusula 19, que trata do Cadastro, também há referência
119 ao fato de que ele é instrumento dos impactados, e as alíneas do TTAC que referem quem são os diretamente impactados
120 podem causar dúvidas, porque os incisos que relacionam quem são os diretamente impactados comportam um grau de
121 subjetividade; mas fica claro que o Cadastro não é instrumento de ressarcimento para indiretamente impactados. A
122 representante da Casa Civil pontuou que não estava clara a real finalidade do Cadastro para a Renova, e que não está
123 claro que deva ser interpretado que se refere só aos diretamente impactados. E solicitou à Fundação os critérios, pela
124 Cláusula nº 22, que orientam a elegibilidade durante os atendimentos; afirmou que não se pode utilizar uma avaliação
125 subjetiva, bem como que os critérios precisam estar claros para as pessoas. A Cláusula nº23 menciona ainda que
126 Cadastro serviria como referência de dimensionamento e quantificação de todos os programas socioeconômicos. A
127 representante da FGV reafirmou a fala, e mencionou a Cláusula nº23; indagou que tipo de motivação é dada para a
128 negativa de elegibilidade, que é tão relevante quanto o parecer final do cadastro; qual é, perguntou, o standard de
129 motivação desta carta como decisão sumária de inelegibilidade. Fere o direito ao contraditório. A Renova lembrou que
130 o objetivo do Programa do Cadastro é identificar aquelas pessoas impactadas diretamente e mensurar/valorar essas
131 perdas e/ou danos, servindo de referência para as ações reparatórias dos programas. A Renova iniciou a apresentação
132 do Programa de Cadastro com a proposta de reconstruir o programa para atender de forma mais séria e célere, já que o
133 processo existente não serve mais ao contexto atual. Precisa ser um instrumento para apoiar os demais programas, com
134 informações, e ser a porta para o processo reparatório como um todo. Nessa nova fase do Cadastro, serão incluídos os
135 comerciantes, objeto de discussão no início da reunião. Serão tratadas as peculiaridades de cada manifestação, além da
136 geolocalização do impacto, para entender melhor a relevância do contexto do dano como um todo. Nessa etapa, o
137 manifestante deverá entregar todo documento comprobatório e, com o um novo sistema que será instituído, permitirá a
138 entrega via e-mail, e até via WhatsApp, para validação. Será feito contato também via telefone, de maneira a facilitar o
139 processo. A Renova relatou que esse se tornará o instrumento essencial para o processo reparatório. A última etapa
140 contará com uma pesquisa domiciliar, para que haja um tratamento mais humanizado e, finalizando a aprovação ou
141 elegibilidade, o requerente já poderá receber o roteiro da reparação. A meta é que, nessa nova metodologia, a Renova
142 será capaz de realizar o atendimento com a devida solução em até 45 dias, e 10 dias para dar a devolutiva, com negativa
143 também registrada em documento. Em uma segunda fase, os cadastros já existentes serão reprocessados. O coordenador
144 da CT ressaltou a preocupação em começar outro processo de cadastro com um clima instalado hoje nos territórios. A
145 Renova informou também que o acompanhamento será no âmbito do indivíduo, com a entrevista inicial gravada em
146 áudio, o mapeamento da área por geolocalização pré e pós desastre, depois a localização do dano e validação do atingido
147 por meio também do diálogo, com a entrega dos documentos presencialmente. O novo sistema irá operacionalizar a
148 nova metodologia proposta para o Cadastro, e todas as etapas de contratação de serviços será feita via concorrência, a
149 ser aprovada pelo Conselho Curador. Fim da apresentação. Aprovadas as atas da 28ª reunião e da 30ª. A coordenação
150 solicitou uma discussão interna com os membros da CT sem a presença da Renova para discutir pontos relevantes que
151 foram destacados para a Renova sobre o novo escopo do Cadastro.

- 152 1. Atendimento via telefone: em muitas localidades não há sinal, e o primeiro contato sendo por telefone não haverá
153 uma coleta adequada de informações.
- 154 2. Como garantir que todos sejam incluídos, e a questão da proatividade tem que ser com a ida em campo. E poderia
155 contar com a ajuda das Comissões e Assessorias Técnicas.
- 156 3. Não foi mencionado como serão tratadas as questões sobre vulnerabilidade, proteção social e prioridades legais.
- 157 4. Nos fluxos para correções de dados, não foi mencionado prazo e qual a garantia que as pessoas vão ter na
158 fundamentação das respostas.
- 159 5. Selecionar alguma empresa que não seja a Sinergia.
- 160 6. A contratação de uma empresa para a realização de um programa duraria meses da aprovação do escopo, integração
161 e desenvolvimento. Em 1 mês é impensável, porque poderia haver grande risco de ser mais excludente.
- 162 7. Sugestão de retomar o Cadastro da maneira como é feito hoje com o acréscimo da ida a campo e envolvimento das
163 assessorias técnicas e comissões de atingidos. Paralelamente continuam no desenvolvimento do novo escopo e
164 sistema.
- 165 8. Processo de reconhecimento dos atingidos, comprovação e participação maior não são relevantes no escopo
166 apresentado. Risco de se transformar em um telemarketing.
- 167 9. Necessidade imprescindível da presença no território exigindo mais a busca ativa, de forma mais presencial, e
168 envolvimento das assessorias nos diálogos com as pessoas para o levantamento de informações para minimizar
169 conflitos já existentes nos territórios.

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

- 170 10. Falta de materialidade, como o sistema irá resolver a distância sem identificar o dano. Os inelegíveis precisam ser
171 mapeados.
- 172 11. Vontade política de fazer com que o sistema realmente funcione e venha contribuir para somar. Precisa-se de
173 transparência e de critérios bem definidos. Cadastro total pelo telefone é inviável.
- 174 12. Necessário a formalização destas questões apontadas via ofício: o escopo do sistema precisa ser melhor detalhado
175 e precisa-se levar e conta o nível de desinformação no território.
- 176 13. Prazo será o maior desafio porque pode ser postergado.
- 177 14. A CTOS precisaria analisar as balizas do novo escopo principalmente por conta da polícia indenizatória, entender
178 o operacional de como será todo o processo de atendimento da manifestação até a indenização, contemplando as
179 questões sociais, e assessorias técnicas, incluindo o mapa da vulnerabilidade.
- 180 15. Prazo imediato para entregar o fundamento desta proposta.
- 181 16. Falta desenvolver uma estratégia para ajudar no reconhecimento das pessoas nos territórios.
- 182 17. Foi sugerido a criação de um grupo pela CTOS para resgatar a Nota Técnica nº 29 de novembro sobre o Cadastro
183 e debruçar sobre o novo escopo e estudá-lo, manutenção do Cadastro com está até a definição do escopo final da
184 nova fase.
- 185

186 O coordenador chamou a Fundação Renova de volta ao plenário e informou que a apresentação não contemplou os
187 apontamentos colocados na Nota Técnica nº 29, como o tema de Participação Social, e que precisa ser resolvido com
188 maior celeridade, qualidade, ida a campo sempre para realizar o diálogo direto com o atingido. Esse processo não pode
189 se distanciar da comunidade ser fora, centrado em uma “peneira” telefônica/ eletrônica e, o mais importante, que
190 algumas localidades não contemplam infraestrutura para que o primeiro contato seja feito via telefone. Acrescentou que
191 a população precisa conhecer o processo para saber se ele se adequa a sua realidade. Informou à Renova que é preciso
192 tratar os passivos de Cadastro com urgência, e dar continuidade aos programas que estão parados. Ficou de encaminhar
193 para a Fundação o envio do documento, por escrito, de todo o detalhamento desta nova fase do programa. Em paralelo,
194 a CTOS irá aperfeiçoar a proposta, e pede à Renova que dê continuidade ao Cadastro nos moldes que se tem hoje,
195 paralelamente. Encaminhamento: o Mapa da Ilegibilidade e como esses dados serão trabalhados e transparência com os
196 critérios de elegibilidade. Inserção de todos os prazos, em todas as etapas dos programas desta CT. O coordenador
197 advertiu novamente que o passivo de janeiro de 2018 precisa urgentemente ser tratado, e que mais de 45 dias para uma
198 devolutiva não poderá ser uma opção. A CTOS ressaltou que precisa-se estabelecer as rotinas para se ter a referência
199 de temporalidade de todos os programas, e o envio com antecedência dos relatórios e material que será apresentado.
200 Encaminhamento da CTOS: será enviada uma Nota Técnica ao CIF de março, com a solicitação de uma rotina para
201 tratar o passivo do Programa de Cadastro, com escalonamento até junho de 2019, com o objetivo de zerar todos os
202 pedidos em até 6 meses. A o jurídico da Renova, questionou até quando poderão ser solicitados os cadastros e se haveria
203 uma perspectiva de limite das solicitações. Encaminhamento: até o dia 07 de março, a CTOS pretende encaminhar a
204 NT com relato dos atrasos nas solicitações de cadastro e no AFE. Solicitou aumento da capacidade operacional para o
205 Cadastro. Fim do primeiro dia de reunião.

206 Início do segundo dia de reunião.

207 Pauta: Deliberação nº167 e nº 180 – Planilha de monitoramento das ações do barramento de Rio Pequeno está
208 desatualizada, e não contemplava as ações precisas que a CTOS exigiu. A Renova explicou que existe, por parte dos
209 programas, um levantamento de informações, mas a forma como está sendo colocado na planilha ou como o texto está
210 redigido, não conseguiu esclarecer as expectativas que a Comissão precisa. O documento não retrata o que está sendo
211 executado e não apresenta as contradições, e que também não serve como forma de sanar as dúvidas e informações de
212 que a câmara necessita. A representante do município de Linhares oficializou uma série de observações e a Renova
213 então sugeriu iniciar o trabalho para o melhoramento da planilha e levantamento dos laudos e estudos solicitados pela
214 comissão. O estudo dos impactos está na fase de consolidação, com fechamento das entregas para o final do primeiro
215 trimestre de 2019. A CTOS informou que a planilha se mantém, porém, com os dados mais detalhados que foram
216 pedidos com informações mais objetivas, e as complementações com os documentos do fechamento de cada etapa
217 concluída pela Renova para identificar os reais avanços. A proposta foi de envio da planilha com antecedência para os
218 pontos de divergência serem discutidos neste fórum. A Renova informou que há a necessidade de alinhamento dos
219 conceitos para alinhar as interpretações. Também pontuou que, caso a CTOS precise de todas as informações do projeto
220 de barramento que estão espalhados em outras câmaras técnicas, precisa ser desenhado um fluxo devido à grande
221 quantidade de informações que será entregue. Desde o início, houve dificuldades de preencher a planilha, e para coleta
222 de informações. Sugeriu-se a criação de um capítulo específico no RMM, com as ações que precisariam ser informadas,
223 dos programas que estão ligados a esta CT e, se forem necessárias informações relativas a outras CTs, que se
224 aprofundasse a discussão por meio de uma reunião Intercâmaras. O município de Linhares informou que atua agora,
225 enquanto comissão intersetorial, nas CTS: CT Saúde, CTOS, CT-IPCT, CT-INFRA, CT-SHQA. Acrescentou que a
226 CTOS não quer os laudos propriamente ditos, e sim saber se as famílias tiveram acesso, ou os receberam. O

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CÍF

227 representante dos atingidos de Linhares, da Colônia V6, apresentou uma lista com 40 nomes de atingidos pela barragem
228 em Sooretama; barragem impediu que os peixes subissem na Lagoa Juparanã para desova e alagou toda a região. Disse
229 que a Deliberação nº 167 foi elaborada sem a presença da comunidade, e pediu ajuda para os 15 pescadores impactados,
230 que não foram reconhecidos pela Renova – que respondeu que só poderá ser atendido quem foi considerado impactado
231 pelo alagamento pela Defesa Civil. A representante do município de Linhares respondeu que não recebeu nenhuma
232 informação sobre pendências relacionadas aos pescadores, bem como demandas específicas a respeito das deliberações.
233 A Renova informou que todas as ações do plano integrado do barramento estão sendo cumpridas, famílias identificadas,
234 todos os laudos de vistoria cautelar (situação do imóvel no momento do alagamento) e laudos de vistoria pericial
235 (comprometimento da estrutura do imóvel) realizados, para que a equipe da infraestrutura possa avançar no que deverá
236 ser feito seguindo o cronograma do projeto. A representante do MAPA informou que a pesca voltou para dentro do
237 MAPA, e está novamente representada na câmara. O representante da pesca informou que está se inteirando das ações
238 e encaminhamentos da Renova e relatou que, se os 15 pescadores mencionados têm RGP, facilitará a ação e cobranças
239 por parte da Pesca. O coordenador encaminhou a solicitação à Renova dar uma devolutiva a essa lista de pescadores
240 entregue na reunião. A representante da Casa Civil lembrou que a Deliberação nº167 não restringe; apenas não
241 especificou programa por programa, mas a idéia é que a renova analise situação de cada pessoa, se foi atingida ou não,
242 e qual seria o nível do dano. E encaminhou à Renova a solicitação de quais foram os atingidos neste processo da Lagoa
243 Juparanã e Rio Pequeno, em que programa estão inseridos e qual a devolutiva que foi dada. Prazo para os dois
244 encaminhamentos, dia 28 de fevereiro. A representante de Linhares solicitou o registro em ata daquilo que foi informado
245 à CT com relação à Deliberação nº180: a Renova não havia realizados o ressarcimento ao erário (dos municípios),
246 descumprindo assim o prazo estabelecido pela deliberação. Não houve justificativa. Um apontamento feito pelo
247 coordenador, que mesmo a reunião sendo pública, solicitou a não gravação informal da reunião para evitar a
248 disseminação da desinformação. Outro foi que mesmo com as observações em relação a planilha, entrega dos laudos e
249 estudos, a CT não pode perder de vista que precisa monitorar as ações da Renova e que a mesma tem que verificar uma
250 forma de enviar as informações de maneira clara. Solicitou que a planilha precisaria ser entregue com 10 dias de
251 antecedência. A representante do Jurídico da Renova informou que todas as solicitações da última reunião enviadas a
252 ela pessoalmente foram respondidas via e-mail e que a CT envie as demais solicitações faltantes para a devida
253 devolutiva. Com relação ao relatório dos territórios de Cachoeira Escura, Bugre e São Lourenço, serão enviados até o
254 dia 18/02. A CTOS sugeriu o seguinte fluxo: a Fundação Renova responde aos ofícios entregues pelos atingidos com
255 cópia para a câmara, recebe a resposta com antecedência de 3 dias úteis à reunião e com relato para ser apresentado
256 neste fórum. A CTOS registrou que o prazo de entrega de 60 dias é contado a partir da resposta da CTOS e não da
257 deliberação. Pauta Proteção Social – Análise do relatório de ações emergenciais – A representante da SETADES de
258 Minas Gerais pontuou a inserção do conceito de família de baixa renda para elegibilidade, famílias que recebem meio
259 salário-mínimo e que têm menos de 50 famílias nesta situação. O critério utilizado continua excludente e reafirmou que
260 agrupa o conceito de resiliência do atingido, mas explicita como adota este conceito. O documento veio com uma data
261 de corte correta, porém não alterou em relação às famílias nos municípios. Minas Gerais se manteve com 15 municípios,
262 no entanto adicionou o critério de povos tradicionais. Não contou nos documentos o passivo de manifestações contidas
263 no Programa de Cadastro. A questão da capacitação precisaria ficar mais clara no documento. Informou também a
264 necessidade de realizar a busca ativa. Com relação à questão do enfrentamento da pobreza consta uma lista de atividades
265 que são mais providências da Renova do que realmente estratégias. Por fim, o documento também informou os
266 instrumentos que serão utilizados para firmar os acordos com os municípios e que podem haver outras formas de
267 monitoramento que poderiam ser utilizadas. A CTOS lembrou que, na verdade, foram três documentos: um com o
268 modelo conceitual, outro com o parecer e o terceiro com a resposta da Renova. Pontuou que são consideradas como
269 vulneráveis também famílias que recebem meio salário mínimo, mas que não têm filhos, ou não possuem pessoas com
270 deficiência, ou idosas, e muitas vezes não são nem beneficiários do Bolsa Família. Questionou a utilização do critério
271 da renda pós rompimento, a questão da vulnerabilidade hoje não está sendo considerada como decorrente do desastre.
272 Foi lembrado que as ações que fossem de consenso entre a Câmara e a Renova seriam iniciadas. E que o projeto de
273 enfrentamento à pobreza, que daria suporte no processo de definição das vulnerabilidades, não foi tratado na
274 manifestação da Renova; além disso, foi pontuado ali que seria de até dois anos o prazo. Isso pode significar que alguns
275 planos de Proteção Social podem se encerrar em menos tempo, desconsiderando prazos do TTAC, do início efetivo do
276 programa no estado do Espírito Santo. A Renova respondeu que essa minuta que está sendo discutida servirá de insumo
277 para o escopo do programa de Proteção Social. Trazem, portanto, os pilares do PP: o impacto social e econômico, e que
278 este impacto parte do princípio de que os vulneráveis são os mais suscetíveis, e essa população é referência para calcular
279 as ações dentro do tema de priorização. O conceito utilizado pela Renova de público vulnerável está em conformidade
280 com a legislação brasileira, o que não impede que famílias que não se enquadrem nesse perfil sejam identificadas e
281 atendidas. Adotaram-se também os critérios da Lei 1742, que trata, no contexto da resiliência, de grave privação
282 financeira: no contexto alimentar, ao acesso ao serviço público de saúde, doença grave terminal, e pelos direitos
283 humanos para avaliação de prioridade, além de outros quesitos, como sofrimento mental, violência doméstica, abuso de

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CÍF

284 álcool, depressão, etc. Sobre o período de até dois anos, adotou-se um processo de avaliação periódica (implementado
285 nos municípios) para dar maior transparência, e para aferir se as ações propostas atendem às reparações ou não. Seria,
286 portanto, o período para se fazer as análises que podem ou não resultar numa prorrogação do plano. A coordenação
287 pontuou o receio de haver descontinuidade do programa antes de findar o prazo do TTAC. A Renova informou que se
288 faz necessário um termo de cooperação com o ente público para a execução dos planos de reparação. A CTOS lembrou
289 que a Renova foi criada para dar agilidade às ações, e não se deve pautar as ações no mesmo caminho do poder público.
290 O AFE estaria sendo considerado no corte de renda feito? O critério de priorização das pessoas que participam dos
291 programas socioeconômicos e o prazo poderá mesmo ser revisado? A Renova respondeu que os critérios utilizados são
292 os parâmetros dados pelas políticas públicas, porém numa situação de anormalidade. E a renda utilizada na análise é a
293 declarada do atingido no momento do Cadastro. Trouxe um conceito que avançou além da renda, através de um critério
294 que abrange 80% do público. A Renova ressaltou que o programa vai além da assistência social como catalizador da
295 existência da vulnerabilidade e, no contexto do comércio e do serviço está-se vinculando o critério diretamente. A CT
296 ressaltou a importância da diferenciação de um indicador de vulnerabilidade no território e de um indicador de
297 vulnerabilidade por pessoa e que a política pública é uma só mesmo com as peculiaridades de cada estado. A
298 coordenação alerta que é o Programa mais importante e o que está mais atrasado e precisa-se iniciar as ações o quanto
299 antes. A Renova respondeu que todas as ações que não são insumos de RH estão contempladas no plano estão sendo
300 executadas e com equipe de proteção social nos municípios para atender os casos mais complexos e que neste momento
301 precisa-se da assinatura do termo de cooperação para executar o restante do plano. E concordou que há muita expectativa
302 com relação aos insumos de RH e pontuou que o plano não se resume só nisso. A Renova indicou uma proposta de ação
303 dentro do escopo do programa, já identificados o impacto social e econômico, os vulneráveis, o corte, poderá executar
304 os planos de ação com os municípios que estão postos; as ações previstas pelo estado para definir as responsabilidades
305 e assinatura dos termos de cooperação, e pode-se marcar a data de início. A Renova pontuou que as famílias identificadas
306 pelo Cadastro, sob a ótica dos direitos humanos e dentro do recorte já estabelecido, não ficarão desassistidas. A
307 representante de Linhares informou que a suplementação de RH, por município, pode se dar através de outras
308 instituições. A coordenação pontuou que, dependendo do programa, o parâmetro muda, e por causa do desastre as
309 pessoas tiveram a sua vida impactada, e não só pela renda. Precisa-se abranger de outras maneiras, além do viés
310 financeiro, e não usar o Cadastro como limite de suplementação. A Renova propôs, no contexto de que o programa tem
311 que estar nos 45 municípios, para o que já foi posto os municípios que têm 50 famílias a mais haverá todo o arcabouço
312 já proposto de RH e para os municípios de pequenas populações, que ainda podem entrar neste critério, a Renova entrará
313 com acompanhamento próprio, com as equipes territoriais dedicadas. A CT lembrou da necessidade de flexibilidade das
314 equipes da Renova em atender o que for de demanda do território, e inclusão dentro do escopo da proposta de
315 cronograma. O coordenador indicou uma sugestão de redação a Cláusula nº50 do TTAC. A Renova solicitou as
316 premissas já previstas no escopo do programa, como a Nota Técnica da CTOS para validar a proposta do modelo
317 conceitual e, o CÍF reconhecendo, já inicie os trabalhos. A Renova pontuou a nova aprovação do escopo e,
318 concomitantemente, irá avaliar a minuta a ser enviada para os municípios, com a proposta do termo de cooperação
319 dentro de um cronograma que será revisado. Pediu também que seja documentado que essas ações estão acordadas com
320 a CTOS no processo de reparação, dentro da Proteção Social. As contratações serão feitas via OS. O coordenador
321 ressaltou a importância de ser comunicada qualquer intercorrência sobre esta questão. Pauta - Programa de Proteção
322 Social em Mariana - O coordenador relatou que têm-se hoje duas instâncias de atuação que não estão se comunicando,
323 o CÍF e a ação judicial em Mariana. As obrigações do TTAC persistem para a Renova, já que a Promotoria e Ministério
324 Público de Mariana não estão no acordo. O que foi acordado no município não exclui o que foi acordado em reunião e
325 pontuou ainda a igualdade de direitos e discussões. O representante do município de Mariana lembrou que, na reunião
326 da CT em outubro de 2018, foi fechado um cronograma de entregas de ações específicas até o dia 31 de janeiro de 2019.
327 Ficou acordado que, as ações que eram de consenso entre a Renova e CT, mesmo não aprovadas no Conselho Curador,
328 seriam iniciadas. Relatou que em janeiro nada aconteceu, e já se está em meados de fevereiro. O coordenador lembrou
329 que o descumprimento do cronograma acordado com a câmara envolve o descumprimento de uma obrigação da Renova
330 perante à CTOS, que será levado ao conhecimento do CÍF. A representante do Jurídico da Renova lembrou que há sim
331 uma decisão judicial suspensa ainda, e questionou que se a Fundação cumprir uma deliberação do CÍF e, for essa
332 contrária ao que vier depois da decisão judicial, ela vai estar descumprindo em uma instância superior. A Renova
333 pontuou que o que era de consenso não tinha que sair da CT, e o que foi para outras instâncias foi o consenso também,
334 além do dissenso.

335 Iniciou-se novamente a reunião após o intervalo do almoço. Pauta – Pescador de Fato – antes da apresentação do status
336 do Projeto Piloto Pescador de Fato, a diretora de Planejamento da Renova solicitou a palavra para dar um informe. Disse
337 que o projeto conta com a aplicação em três municípios, e em Regência está dentro do cronograma, e iniciou-se o
338 processo em Povoação. Neste último município, a Renova não está conseguindo colocar em prática o programa, porque
339 os seus colaboradores estão sendo ameaçados de cárcere privado, e não se conseguiu prosseguir com as oitivas. A
340 diretora reforçou que tem muita preocupação com a integridade física de sua equipe dentro desse processo, e relatou

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CÍF

341 que alguns pescadores podem não conseguir o reconhecimento devido. Solicitou que se colocasse esse informe em ata.
342 Relatou que o Conselho Consultivo iniciou uma tratativa para assegurar a segurança dos seus colaboradores. E pediu o
343 apoio da CTOS para prosseguir da melhor forma possível dentro do cronograma e metodologia propostas. A Renova
344 continuou com o relato sobre o status do programa, dizendo que em Regência houve 50 atendimentos, e iniciou-se
345 também em Povoação, porém o processo teve que ser pausado quando a informação de que não era possível, devido às
346 ameaças sofridas. O coordenador perguntou sobre o perfil do pescador de fato. Todas as pessoas já cadastradas e que
347 declararam impacto na pesca têm o direito de participar do processo; o não regularizado participa automaticamente,
348 porque já tinha a carteira anterior. Alguns atingidos que utilizam a pesca como meio de renda aceitaram entrar como
349 subistência, porque a política existente não contempla esses casos, e agora eles podem se candidatar. Explicou também
350 que o pescador profissional já está reconhecido, e o pescador de fato será visto como pescador profissional para efeito
351 de indenização, lembrando que, tanto o PIM quanto o AFE, têm seus critérios de elegibilidade particulares, e o projeto
352 vem para complementar uma demanda existente de pescadores que têm o ofício da pesca, mas que não conseguem a
353 elegibilidade à indenização como pescador profissional por que não têm o documento de ofício. O Projeto vem, então,
354 para abranger este universo, explicou a diretora da Renova, e irá receber a indenização que o pescador profissional com
355 RGP (Registro Geral da Pesca) recebe. O líder do programa retomou a apresentação, e pontuou que a iniciativa de
356 participar do processo tem que partir do atingido. O coordenador da câmara abriu um parêntese para colocar a gravação
357 do áudio do Sr. José Sabino, que relatou que o projeto em Regência está sendo bem recebido pela população, e que está
358 caminhando, mesmo com algumas pendências pela Renova, mas que estão sendo resolvidas. Os pescadores entenderam
359 que a realidade é essa, de um benefício para eles. O representante do Conselho Consultivo reclamou que os pescadores
360 estão sendo filmados na entrevista, e não era isso que foi planejado inicialmente. A representante do Conselho
361 Consultivo, presente na reunião, Andrea, explicou que os pescadores com o registro suspenso são inúmeros, e entram
362 no programa como pescador não regulamentado. E levou-se a situação para dentro da Renova, da política de pesca não
363 regulamentada, e foi criado um caminho alternativo para que esses tenham seus direitos garantidos. A gravação ficou
364 acordada com as duas comunidades de Regência e Povoação, como necessária para o registro das falas e das etapas para
365 não ocorrer risco que fossem perdidas. O pedido foi feito também porque algumas pessoas relataram que a equipe da
366 Sinergia não registrava direito as falas no SGS. Informou que está havendo má informação, e que também foram abertos
367 protocolos de pescadores castrados nas Campanhas 1 e 2, sem atendimento. Relatou que acredita que tem muitas pessoas
368 agindo de má-fé, que colocam todo o trabalho feito a perder, justamente quando essa política foi criada, para o pescador
369 não documentado. O atingido de Povoação relatou que a Fundação tem que ir à comunidade, e tem a responsabilidade
370 de reparação, e a comunidade leva a culpa pelo crime que a Samarco cometeu. Tem uma lista de mais de 40 pessoas
371 que não receberam, e na associação de moradores tem apenas um que está brigando pelos seus direitos. E gostaria de
372 saber porque as pessoas que têm direito não estão recebendo, e sugere uma assembleia para alinhar todas as questões e
373 tirar as dúvidas da população. O coordenador da CTOS ressalta que a própria comunidade de Povoação precisa se
374 manifestar se quer entrar no processo do pescador de fato, e que neste fórum precisa-se focar no esclarecimento de
375 dúvidas e relatos dos problemas enfrentados. O atingido de Povoação informou que o projeto não atende, porque tem
376 poucos pescadores na região, e há a dúvida da maneira como essa comunidade será contemplada da maneira que se
377 espera. A representante do Conselho de Povoação relatou que os atingidos diretos, pescadores que viviam da pesca, não
378 estão sendo reconhecidos ainda, precisa-se avançar no processo para que as coisas comecem a acontecer. Pessoas de
379 fora querendo ser cadastradas. Informou também que a população dobrou de tamanho por conta deste projeto de
380 reconhecimento e tem pessoas de São Paulo querendo ser cadastradas na Sinergia, e por isso reforça que a comunidade
381 precisa trabalhar em conjunto. O coordenador alertou que muitas pessoas declararam impacto da pesca achando que
382 seria o único caminho para o ressarcimento. O líder do programa ressaltou que esse processo é para reconhecer as
383 pessoas que pescavam comercialmente como ofício e não conseguiram ser elegíveis. A Renova ficou de marcar uma
384 reunião para alinhar todo o processo, junto com as lideranças da comunidade de Povoação. Encaminhamento que a
385 Renova irá entrar em contato em povoação com as associações locais e de moradores, para alinhar os que tiverem
386 interesse em participar do pescador de fato, e iniciará o atendimento imeditato nos escritórios de indenização dos
387 pescadores que têm protocolo do registro geral de pesca anterior à 2014. O projeto piloto do pescador de Fato será
388 iniciado em Conselheiro Pena após o término e aprovação desse piloto, pois será replicado em todos os municípios
389 restantes. A CTOS ressaltou a preocupação na qualidade de atendimento das pessoas e cumprimento dos prazos e por
390 isso tem que ser factível e levar em conta tudo o que foi discutido neste fórum. A diretora da Renova informou que irá
391 propôr internamente a aprovação separada de Regência, que teminará primeiro, e depois aprovação de Povoação e
392 Conselheiro Pena, para acelerar a entrega. O coordenador relatou o desconforto com o cronograma de início da
393 implementação para 2020. Para responder, a Renova informou que o líder do programa é a pessoa capacidade para tal.
394 E a Renova propôs eleger os municípios que têm maior natureza pesqueira e potenciais pescadores, para priorizar as
395 frentes de trabalho, e disse que haverá um esforço para antecipar esse cronograma, com parceiros que vão auxiliar neste
396 processo, mas a tentativa de se adiantar muito o processo pode trazer uma perda grande em qualidade. O representante
397 da Pesca presente relatou a complexidade e magnitude desses assuntos, e disse que o MAPA está trabalhando na

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

398 reformulação do registro de pesca, e que já foi iniciada uma campanha nacional de recadastramento do RGP, com a
399 perspectiva de se fazer o cadastramento, para melhorar o reconhecimento desse público alvo do projeto piloto, para
400 deixar a informalidade e facilitar também o acesso ao poder público. Explicou que, depois de serem reconhecidos através
401 das metodologias, o registro poderá ser emitido. Solicitou o reenvio dos protocolos, para blindar o MAPA/Pesca junto
402 ao Governo Federal. Pediu também a relação de RGPs que a Renova já tem, e perguntou se a pessoa receber uma
403 negativa no Pescador de Fato, qual seria o procedimento? A Renova respondeu que a negativa vem acompanhada de
404 um parecer, e a filmagem é fundamental para tirar qualquer dúvida sobre o que foi dito. A representante do MAPA
405 rinformou que seria interessante acompanhar o processo junto à Renova. O representante do Ministério Público fez
406 uma reflexão dizendo que a essência do pescador de fato é uma proposta de reconhecimento, e justamente esse processo
407 é um dos gargalos; vê-se uma oportunidade que possa evoluir neste mesmo processo de reconhecimento. Sugeriu pensar,
408 no contexto comunitário, em fazer o esforço em tentar reconhecer o atingido, ao invés de se fazer esse reconhecimento
409 para um tipo de atingido em um movimento único, e de forma mais ampliada. A coordenação ressaltou a necessidade
410 de priorizar o tratamento do passivo do Cadastro e do AFE, e evitar os prazos muito elásticos; corre-se o risco do
411 processo caminhar e a Renova perder a oportunidade de abrir à participação este processo que já está em curso. A
412 Renova relatou que tem como objetivo primordial reconhecer o indivíduo na sua integralidade, indenizar e ressarcir, e
413 a porta de entrada é o Programa de Cadastro. A CTOS solicitou que os documentos enviados respondam às perguntas
414 básicas, como, o que, quanto e onde – por exemplo, quantas pessoas participaram da cartografia da pesca em Regência
415 e Povoação, a caracterização desse público, como as pessoas são convidadas a participar, a matriz de sistemas e
416 atributos, etc. O coordenador relatou que, dos dois Encaminhamentos, da Renova responder às dúvidas que serão
417 enviadas da Casa Civil e que o líder do programa ou alguém com a mesma qualificação para responder as perguntas e
418 participar da reunião. Acrescentou também que, durante a discussão sobre o pescador de fato na última reunião, foi
419 encaminhada a solicitação do cronograma para monitoramento e esse cronograma chegou sem a qualidade esperada
420 como se tivesse sido feito em cima da hora. Exemplificou que a representante do município de Linhares havia se
421 disponibilizado a participar dos eventos e reuniões nos territórios há dois meses, e não foi enviado o calendário ou e-
422 mail convite pela Renova. A representante da Presidência da República pontuou que essas discussões durante as
423 reuniões tem gerado um desgaste para todos os membros da CT, e também da Renova, numa relação onde não se
424 consegue caminhar, e precisa-se rever essa relação, a própria dinâmica da reunião. Lembrou que muitas vezes repete-
425 se os mesmos assuntos, e na prática parece que não se está conseguindo visualizar os resultados, tampouco o avanço
426 aqui ou com os atingidos. Precisa-se ter uma relação mais franca, uma dinâmica mais direta, falas mais objetivas, ações
427 e resultados efetivos e cumprimento de prazos. A informação não é clara e precisa, então tem que ser alinhada
428 novamente, e as dificuldades enfrentadas pela Renova têm que ser relatadas aqui. A representante do MAPA lembrou
429 um apontamento da Renova de uma reunião passada, que nesta nova sua gestão os prazos iriam ser cumpridos, e estão
430 se repetindo os atrasos novamente; precisa-se acertar esse rumo. Encaminhamento para a Renova: que sejam
431 encaminhados relatórios periódicos do projeto piloto, as dificuldades enfrentadas, com o prazo de recebimento
432 quinzenal e que venham com informações que subsidiem as alterações e postergações dos prazos acordados.
433 Encaminhamento: número de manifestações de potencialmente elegíveis ao AFE, que não estão com os critérios a partir
434 dos quais são considerados elegíveis, ou não estratificado por seguimento. Inclusão no RMM. Pauta - Informe Mariana
435 - Foi realizado o informe sobre o Cadastro de atingidos em Mariana, com os números no RMM. Fechados 11 acordos.
436 Verificou-se um incremento muito grande de ações individuais, onde a Renova não pôde fazer qualquer contato direto
437 com os atingidos. Foi feito através da Cáritas. A representante de Mariana informou também que algumas famílias não
438 estão utilizando a Câmara Técnica, mas judicializando direto. A maioria dos acordos com as famílias, e maioria das
439 ações, têm acompanhamento de seus advogados. A CTOS lembrou que o número de indenizações caiu, e com relação
440 à agricultura, não é questão de dependência de uma política para ser desenhada e não se está avançando: artesanato não
441 se ouviu falar mais, e nem dos camaroeiros. Encaminhamento: para o programa de Cadastro, da situação do artesão. A
442 Renova informou que está retomando os contatos com os artesãos para reavaliação, e no próximo mês sairá no RMM.
443 Encaminhamento: o jurídico da Renova irá dar a devolutiva sobre os pleitos que foram feitos na última reunião e
444 encaminhar as devolutivas. Prazo, dia 20/02. Encaminhamento das respostas sobre a lista enviada pelo representante
445 dos pescadores de Conselheiro Pena, que recebem o auxílio financeiro e não receberam as indenizações mesmo com
446 RGP em dia. Prazo, 30 dias a partir desta data. O coordenador recebeu a solicitação do Sr. Isaac sobre os atingidos do
447 norte de Minas que recebem o AFE, mas não estão no PIM. A representante atingida de Naque ressaltou a necessidade
448 de transparência nas informações e nas respostas, porque nada está sendo feito para a retomada de agricultura. A
449 comunidade possibilitou o acesso da Renova ao território, e o mínimo que a comunidade precisa é de uma resposta
450 efetiva, e precisa disso para amanhã. Informou também que não precisam mais da Renova porque ela não está cumprindo
451 com os acordos. Outro atingido de Naque relatou a falta de comprometimento da Renova e falta de gente no escritório
452 para dar as respostas devidas. Informou que o custo desse deslocamento foi do bolso de cada uma, e não se teve direito
453 nem a alimentação. O coordenador lembrou que o custeio dos atingidos para participação nas reuniões de câmara técnica
454 tem que ser revisto pela Renova, para que inclua mais atingidos, principalmente porque a presença deles pode trazer

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

455 resultados. Encaminhamento: prazo das solicitações de cadastro que não estão dentro do núcleo familiar e que não
456 enseja no aumento de indenização. Precisa constar também o desmembramento das famílias. Programas de Cadastro,
457 PIM e AFE. A CTOS aprovou a ata e solicitou a Renova voltar com a pauta de São Matheus e Conceição da Barra
458 porque esses municípios estão abandonados. Encaminhamento estarão em anexos. O coordenador encerra a reunião.
459